

Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto de Lei nº 6840, de 2013, da Comissão Especial destinada a promover estudos e proposições para a reformulação do ensino médio, que "altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para instituir a jornada em tempo integral no ensino médio, dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio em áreas do conhecimento e dá outras providências" – PL 6840/13.

REQUERIMENTO Nº DE 2014.

(Do Sr. Wilson Filho)

Requer a realização de Audiência Pública desta Comissão para discutir com o TCU e outras Instituições e entidades acerca da Reformulação do Ensino Médio.

Senhor Presidente,

Nos termos do artigo 255 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requeiro a V. Ex^a, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de uma Audiência Pública, em data a ser agendada, o mais breve possível, para discutir com o Tribunal de Contas da União e outras Instituições e entidades a cerca da problemática que afeta a qualidade do ensino médio no Brasil.

Para tanto, sugiro convidar representantes do Tribunal de Contas da União, (TCU), da União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES), da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), do Instituto Nacional de Ensino a Pesquisa (INEP), do Conselho Nacional de Secretários da Educação (CONSED) e do Movimento Todos pela Educação (TPE).

JUSTIFICAÇÃO

Ao longo desta legislatura, a Comissão vem realizando debates com vários órgãos e entidades a nível nacional para discutir esta problemática e procurar uma alternativa viável para resolver os problemas existentes que afetam a qualidade do ensino médio no Brasil.

O Tribunal de Contas da União (TCU), assinou com os Tribunais de Contas dos Estados, em Brasília, um termo de cooperação para realizar uma auditoria coordenada para identificar os problemas que afetam a qualidade do ensino médio no Brasil.

O objetivo desta auditoria é fiscalizar as ações do governo voltadas para o ensino médio. E é neste sentido que solicitamos a presença do TCU nesta Comissão Especial com o intuito de um melhor entendimento acerca da problemática, uma vez que, a proposta é que estejam inseridos neste trabalho todos os Tribunais de Contas dos Estados. Ampliar o debate com a participação destes órgãos enriquecerá nosso entendimento sobre os problemas.

Diante o exposto, espero contar com o apoio dos meus nobres pares para aprovação deste requerimento.

Sala da Comissão, em de abril de 2014.

Deputado Wilson Filho
PTB/PB